

## A FEMINIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A “QUESTÃO SOCIAL” EXPRESSA NO GÊNERO

Kállita de Freitas Iori<sup>1</sup>  
Ruteléia Cândida de Souza Silva<sup>2</sup>

### RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar reflexões sobre o contexto histórico da mulher ocasionando na feminização do mercado de trabalho, e nas relações de gênero como expressão da “questão social”. Buscou-se refletir sobre o “ser” mulher diante de uma sociedade machista, patriarcal e sexista, e como se dá as relações de trabalho diante de tanta desigualdade e preconceitos que foram impostos sob as mulheres dentro de um sistema tão perverso como o capitalismo. Para desenvolver este artigo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que se constituiu num passo inicial de indagações mais amplas, para que haja novas possibilidades de formulação dos problemas mais precisos ou de pesquisa de hipóteses através de estudos posteriores.

**Palavras-chave:** Feminização; Mercado de Trabalho; “Questão Social”, Gênero.

**ABSTRACT:** This article aims to present reflections on the historical context of women causing feminization of the labor market, and gender relations as an expression of “social issues”. We sought to reflect on the "being" woman in the face of a sexist, patriarchal and sexist society, and how labor relations occur in the face of so much inequality and prejudice that have been imposed on women within such a perverse system as capitalism. To develop this article, the methodology used was the bibliographic research. This study is the initial step of broader questions, so that there are new possibilities for formulating more precise problems or hypothesis research through further studies.

**Keywords:** Feminization; Labor Market; “Social Issues”, Gender.

### INTRODUÇÃO

Uma questão antiga, porém, que ainda impera em nossa sociedade mesmo em tempos tão

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade de Cuiabá (UNIC). Mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Bolsista CAPES. Email: [kallitaori@hotmail.com](mailto:kallitaori@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Email: [rute.as@gmail.com](mailto:rute.as@gmail.com).

atuais é a desigualdade de gênero, e até hoje há quem diz que as mulheres são inferiores aos homens e que seu único dever na sociedade é cuidar do lar e de seus filhos, aquela tal expressão dentro de um modelo capitalista, machista, e misógino "bela, recatada e do lar".

O modelo de sociedade patriarcal que se estruturou ao longo da história, determinou uma hierarquização entre os homens e mulheres, instituindo ao sexo feminino uma relação de submissão e inferioridade em relação ao sexo masculino, não somente no âmbito familiar e doméstico, mas como também no mercado de trabalho. Para entender a feminização do mercado de trabalho, contudo as marcas que a divisão sexual que esse próprio trabalho ocasiona, é preciso analisar a categoria trabalho, mesmo que de maneira bem sintética, para que se possa compreender como se constitui o trabalho feminino na sociedade capitalista.

Dessa forma, o trabalho é parte fundante da sociabilidade humana, é através deste que o homem pode se diferenciar dos animais, uma vez que é a partir do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades de subsistência. Dentro do sistema capitalista, o trabalho se torna alienado e hierárquico passando a ser destinado como uma atividade penosa que não pertence mais ao ser humano.

É dentro dessa perspectiva que o presente artigo objetiva discutir a feminização do mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero que se expressam como “questão social” presentes na sociedade contemporânea. E, para desenvolver este artigo, inicialmente, será contextualizada de maneira breve a história da mulher diante de uma sociedade que sempre foi patriarcal, machista e conservadora. Logo, em seguida, será apresentada uma breve discussão sobre a feminização do trabalho e as marcas em que a divisão sexual provoca, logo depois sobre a questão de gênero como expressão da “questão social”.

É, portanto, essencial que as mulheres diariamente lutem para conquistarem sua autonomia, pois, a opressão e a exploração vivenciadas pelas mulheres e a submissão em que estão submetidas na esfera doméstica ainda retratam as mudanças da atividade da mulher no mundo do trabalho assalariado.

## BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER

Desde os primórdios as mulheres eram tidas como seres inferiores aos homens, tratadas como vulneráveis que necessitavam de cuidados e proteção, por isso "O domínio do homem sobre a mulher, disfarçando a capa da proteção" (COUTINHO, ROCHA, 1994, p. 152).

Os homens se impunham como "donos", os que dominavam para que assim pudessem mantê-las sob controle, para se subordinarem as suas vontades, segundo os costumes socioculturais das sociedades patriarcais, pois, para esta sociedade as mulheres são propensas a cometerem erros, e são incapazes de se protegerem, de se prover ou prover a subsistência de uma família sozinha, dessa maneira as mulheres foram oprimidas por séculos, diante desde estigma.

No Brasil colonial o papel das mulheres foram diferenciados através da classe social, embora ambos com mesmo teor opressor, pois, enquanto umas recebiam educação para o trabalho no campo, outras eram educadas para a leitura, a costura, o piano, mas no entanto " O único objetivo da metrópole e da Igreja era o adestramento social da população na colônia, adestramento este que deveria orienta-la para o trabalho organizado e produtivo (DEL PRIORE, 1993, p. 44). A prática da leitura, dos trabalhos domésticos e costura tinham como finalidade preparar as moças para serem boas esposas e boas mães, se as mesmas se rebelassem e desobedecessem eram tidas como indignas que precisavam de correção, principalmente por parte da Igreja que exercia o poder dominante:

[...] a Igreja irradiava um discurso normatizador cujo intuito era valorizar o casamento, e dentro dele as funções de boa esposa, da maternidade, que a mulher deveria ser exemplo como dona do lar, da educação dos filhos, a fim de converter as populações femininas a um modelo de comportamento que fosse útil ao projeto civilizatório e colonizador (DEL PRIORE, 1993, p. 66).

Já no final do século XX, com as mudanças ocorridas no processo produtivo, com a inclusão da tecnologia, das máquinas, as mulheres passaram a trabalhar nas fábricas para colaborar com o sustento da família. Nesse período, foram criadas escolas

também visionando o desenvolvimento do país onde as mulheres ocupavam o cargo de professoras com a função de melhorar a educação, diminuindo desta forma a taxa de analfabetismo.

Nessa época, a mulher começa a desafiar os costumes e a se organizar com a criação do jornal das senhoras que apresentavam a proposta de "trabalhar em função da melhoria social e pela emancipação moral da mulher" com o objetivo de que fossem tratadas com respeito, e não apenas como propriedade do homem.

Esse jornal foi apenas o começo para que as mulheres se conscientizassem de suas necessidades coletivas e lutassem por melhores condições de vida através de publicação de obras onde as autoras faziam denúncia pública de seus maus tratos e de que a superioridade do homem é apenas um mito, pois os mesmos possuem o mesmo intelecto que as mulheres na capacidade de exercerem as mesmas funções.

Kant (GASPARI, 2003, p. 31) usa um discurso sexista ao descrever sobre a mulher e sua convivência com o homem, não a reconhecendo como sujeito de atuante da história, reforçando a ideia de inferioridade feminina em relação a sua capacidade de raciocinar como o homem. Na contramão do que a sociedade patriarcal pregava, essas mulheres traziam à tona a realidade vivida por todas, como forma de denunciar cooptando cada vez mais mulheres para a luta contra as desigualdades e as injustiças que sofriam. Ainda no século XX, mais precisamente em voltas com a Revolução Industrial já haviam muitos movimentos relacionados à emancipação das mulheres e pela busca por seus direitos civis e políticos.

Assim, ao longo do tempo as mulheres foram conquistando os seus direitos com relação à educação, passando a poder frequentar academias e se graduar, formando-se médicas, jornalistas, advogadas, entre outras profissões que no começo eram discriminadas e até encontravam resistência, mas aos poucos foram desconstruindo esses paradigmas.

As mulheres passaram a lutar também pela redução da carga horária nas indústrias, pelo direito a licença maternidade, a prática de esportes, direito ao voto e a participação na política, dentre muitas outras lutas que colaboraram para que fossem rompidos os padrões de que as mulheres não poderiam ser mais que apenas uma dona de casa. Todos esses esforços para transformar a realidade das mulheres, fez com que

surgissem os movimentos feministas que pregavam segundo a autora descreve:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas bandeiras, nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (PINTO, 2003, p. 54).

Os movimentos feministas ficaram ainda mais fortes com a redemocratização do Brasil em 1980, que trouxe ações e discursos com novas percepções sobre a condição da mulher, e esses esforços também resultaram na Constituição Federal de 1988 a qual veio garantir de fato em vista do que se tinha antes, direitos as mulheres que vem ganhando novas faces, com as delegacias especializadas, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) que tem como objetivo coibir toda forma de preconceito e violência doméstica e familiar contra a mulher, e mais recente a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015) que inclui esta lei como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos configurando quando é comprovada as causas do assassinato, devendo este ser exclusivamente por questões de gênero, quando uma mulher é morta pelo simples fato de ser mulher.

O movimento feminista cresceu para além das causas apenas ligadas as mulheres que lutam contra toda forma de opressão, de preconceito, de desigualdades, destacando, assim, cada vez mais a importância e o reconhecimento do papel da mulher na sociedade.

## **A FEMINIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

A força de trabalho da mulher sempre se apresentou e continua a se apresentar em nossa sociedade de maneira diferente e com características de superexploração. A classe trabalhadora não é uma totalidade semelhante, e para entender o mundo do trabalho nesta sociedade capitalista, antagônica, se faz necessário o aprofundamento sobre as particularidades da exploração da força de trabalho, neste caso, especialmente em relação à mulher que se encontra em questão tão desiguais, e, conforme Antunes

(1999 apud CISNE, 2013) nos apresenta:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Devido a divisão sexual do trabalho, compreende-se a partir de Karl Marx que a mulher se constitui como parte de uma organização do processo de trabalho, de tal forma que ocupam um espaço em que a sua força de trabalho para o capital funciona como meio de produção de riqueza, mas como também para manter e reproduzir a força de trabalho de outros trabalhadores, bem como da própria mulher.

Foi durante a Revolução Industrial, em que o trabalho passou a ser realizado por meio das máquinas e equipamentos substituindo a força muscular que as mulheres se inseriram no mercado de trabalho capitalista. Desta maneira, este passou a se apropriar da força de trabalho destas, como a das crianças, ampliando o grupo de trabalhadores assalariados ou, segundo Marx, “lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado do trabalho, repartindo o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira” (MARX, 1971 apud NOGUEIRA, 2004).

A partir desse momento e, tendo em vista ainda os estágios em que se desenvolveram as forças de produção capitalistas, ocorreu o aumento da exploração do trabalho da mulher onde se intensificou por meio da divisão sexual do trabalho considerando que características eram determinadas socialmente às mulheres, como por exemplo o cuidado, a capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, a tranquilidade, a resistência, o que se configura na feminização do trabalho. Dessa maneira, pode-se dizer que a feminização do mundo do trabalho determina fatores importantes para o capital produzir e reproduzir. Vejamos, pois, na esfera pública a força de trabalho da mulher se mantém pela superexploração, através de baixos salários, sendo desvalorizada, subordinada e, na esfera privada, a mulher é responsabilizada pela manutenção da força de trabalho do seu cônjuge, de seus filhos e até de si mesma.

Em seu artigo "A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização", Cláudia Mazzei Nogueira descreve sobre os métodos de produção taylorismo/fordismo e seus processos de exploração na crise, e como consequência disto nos anos 80/90 o capital precisou se reorganizar com os desajustes dos direitos

trabalhistas e as privatizações do Estado, fazendo com que as condições de trabalho fossem precárias sobrando também e principalmente sobre as mulheres trabalhadoras. Mesmo com o aumento de mulheres no mercado de trabalho este cenário acabou depreciando o trabalho feminino e o empobreceu, o que flexibilizou ainda mais a situação. A autora menciona ainda que "As mulheres foram usadas pelo capital como ferramentas para flexibilizar as condições e as leis de trabalho, alcançando inclusive a força de trabalho masculina" (NOGUEIRA, 2004).

Para se compreender a inserção das mulheres no mercado de trabalho, se faz necessário olhar para além das aparências, pois, a princípio pode parecer um grande avanço para emancipação, mas faz parte da exclusiva contradição do capital, e mesmo que cada vez mais parte das mulheres vai se inserindo neste cenário do trabalho, isto não garante e nem resolve sua emancipação. É nítido nesse contexto capitalista que as mulheres devem aceitar salários mais baixos, condições precárias de trabalho e todo e qualquer tipo de violência que se pode vivenciar. Ademais, temos o trabalho doméstico que é realizado também em sua maioria por mulheres que trabalham fora de casa aumentando sua carga horária no mínimo 8 horas a mais que um trabalhador médio, e é esta mulher que continua a manter a esfera privada realizando a reprodução social da vida. Segundo Freitas *et al.* (2010, p. 12): Mulheres e crianças eram conhecidas como mão-de-obra mais dócil e com menos capacidade de organização e protesto. Dessa forma, assume menor valor ao seu salário. A elas, em geral, eram destinadas as tarefas envolvendo o trabalho manual, similares ao trabalho doméstico. Como essas atividades eram consideradas dons e aptidões naturais das mulheres, eram desvalorizadas. A exploração do trabalho das mulheres pelo sistema capitalista, que então surgia como o novo modo de produção – baseado na exploração do trabalho assalariado – é uma grande verdade. Mas, muito antes disso, as mulheres já trabalhavam e muito. Trabalhavam, por exemplo, dentro de suas próprias casas, produzindo artigos artesanais e produzindo a riqueza que, mais tarde, possibilitaria a própria acumulação de recursos para a implantação das grandes indústrias. Nesse sentido, o trabalho em domicílio, realizado pelas mulheres, foi uma atividade fundamental para a mudança no sistema de produção em todo o mundo. (FREITAS, *etal.*, 2010, p.12).

Ainda segundo Freitas *et al.*(2010), a feminização no mercado de trabalho possibilita a desnaturalização da invisibilidade da mulher, o que evidencia um olhar

diferente sobre o trabalho da mulher. É através da manutenção da vida e da reprodução das pessoas que, mesmo o trabalho realizado pelas mulheres no dia a dia apesar de não produzir mercadorias de forma direta, auxilia precisamente no acúmulo do capital. Para além dessa afirmação também é possível compreender, em relação à mulher, que a “desvalorização, subordinação, exploração intensificada, e desprestígios presentes no mundo produtivo” (CISNE, 2004, p.129), intensifica o acúmulo de capital. Além disso,

[...] o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres de forma não remunerada no âmbito familiar é de suma importância, pois atende necessidades humanas indispensáveis para a perpetuação da sociedade. Na perspectiva de valorização das atividades realizadas por mulheres e, especialmente por aquelas que abdicaram de vender sua força de trabalho para cuidar de encargos domésticos e de cuidados de familiares [...] (CORDEIRO, 2014, p. 18).

Várias consequências recaem sob a vida de a mulher cumprir dupla jornada de trabalho que acabam por interferir diretamente em sua condição de vida através da não remuneração, desvalorização do trabalho doméstico e até mesmo no trabalho precário em que se inserem. Dessa forma:

No mundo do trabalho, nós mulheres somos duplamente exploradas. Somos parte da classe trabalhadora: para sobreviver, temos que trabalhar em troca de salário. Isso porque vivemos em uma sociedade capitalista, em que uma pequena parcela da população, a classe burguesa, vive da exploração do trabalho da grande maioria, a classe trabalhadora (FREITAS, *etal.* (2010, p.15).

Quanto ao processo de emancipação da mulher, fica evidente a oposição do capital que se expressa na falta de vagas em creches, lavanderias públicas, entre outras situações que provam essa resistência do capital em relação à mulher, além de impor ideias que diz que a mulher deve ser bela, recatada e do lar. Portanto, fica claro a situação da mulher trabalhadora em uma sociedade que impera o modo de produção capitalista, e para que transformações aconteçam é necessário que essas questões sobre igualdade da mulher e todos os tabus sejam de fato resolvidos, e que a mulher só irá conseguir se emancipar se for através da classe trabalhadora, pois, não somente a emancipação desta mas como também da própria humanidade não se deve combater apenas a opressão do homem sobre a mulher, mas, ter também como objetivo de luta a superação da relação capital/trabalho.



## **As marcas da divisão sexual do trabalho**

Constitui-se como um fator básico no processo de produção de riqueza no capitalista, a mercadoria. É através dela que se manifesta a exploração da força de trabalho. Quando é vendida e transformada em lucro, o mais-valor é incluso no momento de sua produção. Dessa forma, é a mercadoria que gira o mercado, assim como é também no mercado de trabalho que se institui a divisão social, de maneira desigual, o que contribui para a exploração da força e trabalho, e onde o capital se apropria dos bens produzidos coletivamente.

É nesse viés também que se insere a divisão sexual do trabalho, ou seja, dentro das relações sociais constituídas ao longo da história. A partir deste contexto, que se surgem e se aprofundam as tarefas já determinadas e o lugar entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho. Além disso, segundo a autora, “Há uma intrínseca relação entre a divisão sexual do trabalho e o caráter contraditório do antagonismo de classe [...]” (CISNE, 2004, p. 127).

Desse modo, o processo de produção e reprodução do sistema capitalista está relacionado ao processo da divisão sexual do trabalho, por meio da força de trabalho precarizada, explorada em relação as mulheres, o que reflete na miserabilidade deste trabalho. Ou melhor:

Há, pois, que se garantir a reificação para se ter o controle da força de trabalho, e com esta, a da riqueza produzida, que depende da exploração da classe trabalhadora. Situam-se sobre essas bases o antagonismo e a contradição do capital em sua relação com o trabalho [...] (CISNE, 2004, p. 217).

Iniciou na Europa a inserção das mulheres no mercado de trabalho de uma maneira mais difundida, partindo da Revolução Industrial como já citado anteriormente, através do advento de novas tecnologias como as máquinas e os equipamentos, o que permitiu substituir a força braçal. Mas vale salientar que no Brasil desde o tempo da escravidão as mulheres negras já realizavam tarefas fora do espaço privado. Considera-se, ainda, que o sistema capitalista se apropriou da força de trabalho da mulher e das crianças, como uma maneira de diminuir o salário dos trabalhadores, pois, as máquinas

começam a substituí-los. Todos esses fatores colaboraram para que aumentasse a competição entre a própria classe trabalhadora e o acelerado desemprego.

Faz-se necessário expor que a luta das mulheres trabalhadoras sempre foi por igualdade salarial, creche para os filhos, igualdade enquanto seres humanos, melhores condições de vida, entre outras bandeiras de luta que dão enfoque a condição de vida da classe como um todo, pois, o que divide a classe trabalhadora e a luta não é o feminismo, mas sim o machismo, pois, é o próprio capitalista e como ele se lança através da classe que domina que vai dividir e estruturar os trabalhadores. A naturalização da divisão sexual do trabalho, enquanto papel do patriarcado, é usada pela sociedade capitalista justificando a questão de ainda haver a desigualdade salarial entre os homens e as mulheres.

Portanto, devemos combater e denunciar toda e qualquer tipo de violência, de omissão por parte do Estado e de corporações que cometem violências de raça, gênero, classe e sexualidade, indo contra a estereótipos, explorações, preconceitos, entre outros, pois, sabemos o quanto de exploração e opressão partem do machismo, do racismo, fazendo com que as mulheres trabalhadoras negras, índias, sejam as mais violentadas e oprimidas, com vistas a um aumento absurdo da provocação da barbárie contra essas parcelas dentro do capitalismo, essencialmente nos espaços que dizem respeito a disputa do trabalho.

## **A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

As relações sociais de gênero são compreendidas como relações que se instituíram muito antes da sociedade industrial capitalista, ou seja, já manifestavam oposições que determinavam relações desiguais entre homens e mulheres no patriarcado, mas, foi com o avanço da sociedade capitalista burguesa que tais ocorrências ganham força, conforme apresentam as discriminações, opressões e a submissão do gênero feminino ao masculino. Foi com o fortalecimento da sociedade

capitalista em seu momento monopolista que estes dois sistemas se vinculam e se unificam. No âmbito do capitalismo mundializado, se acentuam as mudanças no mundo do trabalho, cujos processos de flexibilização compõe novas formas de gestão e organização do processo produtivo dos(as) trabalhadores(as). Nesse entendimento, enganando a participação da mulher.

É importante ressaltar que, de acordo com Cisne (2004, p. 219), “As análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a estas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho.”

O termo questão social passou a ser usado na terceira década do século XIX, para manifestar o fenômeno que se desenvolvia na Europa por conta do processo de industrialização, que se iniciou no final do século VXII, identificado como pauperismo (NETTO, 2001). Um "fenômeno novo, até então não conhecido. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais [...] era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2001, p. 42).

Segundo Tonet (2008) a dinâmica das relações sociais na conjuntura do capital, nos traz o agravamento das desigualdades e um espaço de competição em que as diferenças entre os sujeitos podem se transformar em diversas armadilhas para o relacionamento social. De um lado temos aquela classe que se colocam na posição de dominante, e na outra ponta aqueles intitulados como dominados, e ao dominante caberá manter esta posição, partindo da perspectiva ideológica. Se basearmos no Materialismo Histórico Dialético, pode-se perceber que este se dispõe a explicar os fatos partindo da perspectiva de totalidade, buscando compreendê-la partindo da luta entre as classes que são vigentes das desigualdades existentes entre as mesmas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto que não surgiu uma nova questão social, pois a natureza das condições das quais se ocasionaram continuam, ocorrendo somente novas

manifestações da questão social associadas assim como na sua origem à questão do trabalho assalariado, trazendo novas problemáticas sociais que decorrem da reestruturação produtiva e da acumulação do capital, inserida dentro de uma nova ordem mundial globalizada com relação ao capital financeiro internacional. Nota-se ainda a flexibilização do trabalho e dos direitos sociais, que se vinculam aos ideais neoliberais, onde o Estado reduz sua ação e crê na força de mercado. Diante deste cenário o único intuito do capital é diminuir seus custos e visa ampliar cada vez mais seu lucro, aproveitando-se das construções sociais sexistas, e se apropria também da força de trabalho da mulher.

A mulher está vinculada à esfera privada através da reprodução social, historicamente inferior à da produção por meio da esfera pública, tendo como consequências a inserção da mulher no mercado de trabalho de maneira. É nítido que a questão social ao se manifestar, se relaciona à reformulação produtiva e o processo de acumulação, que se caracteriza pela precarização do trabalho, se flexibiliza direitos, mas mesmo com tudo ainda se aproveitam da condição social da mulher com vistas a favorecer a exploração dos trabalhadores de uma maneira geral.

As atividades colocadas como sendo somente das mulheres transportam muitos problemas como preconceito e a desvalorização, pois, o papel designado às mulheres no decorrer da história nos mais diferentes tipos de cultura, volta-se para a sua responsabilidade com a família, e as atividades domésticas, o que dificulta que a mulher se insira no mercado de trabalho e tenha acesso à proteção social, o que impõe limites para as mulheres acessarem à previdência social por conta da fragilidade das relações de trabalho, salários baixos, trabalho informal, entre outros impedimentos que dificultam obterem esta política, fazendo desta mais uma bandeira de luta por igualdade de condições e o mesmo tratamento entre os homens e as mulheres.

Mulheres mudaram a história, levantaram bandeiras de luta e ao invés de reproduzirem princípios de separação e isolamentos, conseguiram conquistar profissões que até então eram somente ocupadas por homens. Compreende-se então que as

mulheres mesmo tendo que conquistar através das lutas os seus direitos, sempre vieram ocupando cada vez mais o espaço no mercado de trabalho, em parte, por aumentar que elas sejam as chefes de família havendo a necessidade de garantir a sua sobrevivência e de seus filhos, com isto saem em busca de um trabalho assalariado mesmo que em áreas e cargos destinados tradicionalmente por homens.

Dessa maneira, portanto, estudos objetivam entender essa "nova" divisão sexual do trabalho, que são essenciais para dar visibilidade e ampliar os horizontes para debates acadêmicos que visam buscar a igualdade entre os gêneros, tanto no âmbito do trabalho como no social. É essencial que a classe trabalhadora entenda que este modelo não pode e nem deve nos representar, pois, mesmo que o homem não consiga se enxergar enquanto classe trabalhadora, que é explorada, e sintam um pouco de liberdade, logo caem na sua realidade de oprimido.

## REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** Tese de Doutorado. UERJ. 2013.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: Uma profissão de mulheres para mulheres?** uma análise crítica da categoria gênero na história “feminização” da profissão. 2004. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Recife, 2004.

CORDEIRO, T.T.C. **conquistas e limites no acesso das mulheres à previdência social após a constituição federal de 1988:** análise da proteção social para donas de casa de baixa renda. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília (UnB), 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo** - condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: Edunb, 1993, p. 43-101.

FREITAS, Isabel; MORI, Natalia e FERREIRA, Verônica [org.]. **A Seguridade Social é um direito das mulheres.** Vamos à luta! Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund., 2010., p. 68.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do**

**Iguaçu” nos anos 40 e 50.** (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Revista Temporalis, 3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 41-51.

NOGUEIRA, Cláudia M.. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. O avesso do trabalho. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil.* São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Rocha-Coutinho, Maria Lúcia (1994). *Tecendo por trás dos panos:* a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

TONET, Ivo. **Educação e formação humana.** In: JIMENEZ, Suzana et al. (Org.). *Marxismo, educação e luta de classes.* Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. p. 83-96.